



ATA Nº 06/2014

Aos 29 dias de abril do ano 2014, pelas 21.00 horas, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões, reuniu-se a Assembleia Municipal de Espinho, para a segunda reunião da segunda sessão ordinária do ano de 2014, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Guy Alberto Correia da Costa Viseu e secretariada por José Manuel Carmo da Silva e Maria Alexandra Flor Bastos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

2. Documentos de Prestação de Contas do ano 2013;
3. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;
4. Aprovação da atas n.ºs 12/2013, 13/2013, 14/2013, 15/2013 e 16/2013;
5. Propostas que visam prosseguir as atribuições da autarquia.

Ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do Regimento desta Assembleia, a reunião iniciou-se às 21h30 dado que à hora inicialmente designada não se encontrava presente a maioria do número legal dos membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Joaquim José Pinto Moreira e pelos Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto e Leonor Cristina Costa Matos Lêdo da Fonseca.

Foi verificada a presença dos **Vogais**: Paulo Jorge Alves Moreira de Castro, Bernardo Coelho de Lacerda Machado, Luís Miguel Perdigão Carvalho Pinto, António Manuel Pinto Oliveira, José Emanuel Teixeira Carvalhinho, Maria Aurora da Costa Pereira Morais e Vingada, Jorge Eduardo da Nave Pina, Pedro Nuno Oliveira Tavares, Henrique José Pedro Cierco, Jorge Manuel Pinto Oliveira Carvalho, Ana Cecília Alves de Campos Lopes Rezende, Manuela Alexandra Miranda Pinto Vilares da Silva e dos **Presidentes das Juntas de Freguesia**: Rui Manuel Martins Torres, Manuel de Oliveira Dias e José Marco Cunha Rodrigues.

O Presidente da Assembleia deu nota dos pedidos de substituição dos Vogais, Ricardo Bastos Sousa por Vítor Manuel Dias Ruivo, de Ana Paula Belinha por Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães, de Rita Figueiredo Reis Rola por Maria Susana Gomes de Castro Valente, de Ângelo Fernando da Naia Cardoso por Tânia Santos, de Alfredo Domingues da Rocha por Joana Devezas e de Rosa Martins Freitas Duarte por Carlos Vinagre e do Presidente da Junta de Freguesia de Anta e Guetim, Nuno Pinto de Almeida por Manuel Santos.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, iniciando-se os trabalhos com o seguinte ponto:

2 – Documentos de Prestação de Contas do ano 2013;

Tomou a palavra o Vice-Presidente da Câmara dizendo que no documento de introdução e no relatório de prestação e contas que tinha uma posição da Câmara e na declaração do voto

apresentada pelos eleitos do PSD na Câmara Municipal, podiam constatar as conclusões que a Câmara tirou do resultado de 2013. Disse que no contexto geral, o ano de 2013 fora um ano de viragem no que dizia respeito aos documentos de prestação de contas, porque era o primeiro ano em que eram auditadas por um revisor oficial de contas e porque era o ano em que se consubstanciava os resultados atingidos pelo município no que toca a redução do endividamento, prejudicado em 2012 por um processo com o Ministério da Educação. Em 2013, além do resultado positivo do próprio ano fora possível anular parte daquela dívida, o que fora benéfico. Que os resultados só foram conseguidos com grande esforço de todos os colaboradores dos serviços municipais, num ano difícil em que tiveram dossiers complicados como por exemplo a aprovação do PAEL, e também com o contributo que todos os intervenientes a nível político puderam dar para que o município tenha aquela prestação. Que fora muito positivo o município ter podido antecipar o financiamento do PAEL para liquidar aos seus fornecedores, passando parte da dívida que estava em curto prazo e que passara para médio longo prazo, permitindo daquela forma que muitos fornecedores e fornecedores locais pudessem ver as dívidas do município saldadas. Que fora positivo para a credibilidade do município perante as instituições quer locais, quer regionais e nacionais.

Paulo Castro (PSD) disse que a intervenção do grupo do PSD baseiava-se na análise da toda a documentação que lhes fora entregue. Após a sua análise e debate, verificaram que o exercício de 2013 representava o exercício da inversão do ciclo financeiro, todo o esforço, empenho, dedicação e engenho imprimido pelo atual executivo na causa pública do município. Aquela recuperação fora conseguida em período menos favorável atendendo à conjuntura do país, no entanto aquele exercício representava uma viragem de ciclo. Constatava-se que o município deixava, após dois anos consecutivos, uma situação de dívida excessiva em valor de 970 813 euros. Pela análise das demonstrações financeiras cedidas, verificava-se que, em 31 de dezembro de 2013, o resultado líquido do exercício evoluirá favoravelmente na ordem de meio milhão de euros, a exploração gerara um cashflow positivo na ordem de 6,1 milhões de euros, representando um crescimento na ordem dos 26, 8 % face a 2012. Consolidava os cashflow também positivos em 2012 e 2011. Ao nível do balanço, também datado de 31/12/2013 concluíram que houvera uma diminuição da dívida de curto prazo dos 18, 7 milhões de euros para 7,2 milhões de euros e conseqüentemente diminuição do prazo médio de pagamentos para metade, passando dos 397 dias em 2012 para 193 dias em 2013. Em termos globais a dívida total passara dos 46, 7 milhões de euros em 2012, para 40, 6 milhões em 2013, o que demonstrava 2013 como um ano de viragem em termos financeiros. A diminuição efetiva de 6, 1 milhões de euros de dívida total, não esquecendo que fora o ano da contratação do PAEL, refletia bem a capacidade operacional de geração de recursos e fluxos financeiros aplicados na liquidação de endividamento. Não deviam esquecer que os 40, 6 milhões de euros da dívida estava centralizada num pequeno número de fornecedores, dos quais se destacava a EDP, a ADSE e o Ministério da Educação, registados em dívida de médio e longo prazo. Relativamente



ao PAEL, surgia em 2013, representando o balanço na rubrica de empréstimos de médio longo prazo. O valor inicialmente contratado fora de 8 176 750,75 €, e a sua total execução terminara em agosto de 2013. Relativamente aos fundos próprios sofreram apenas efeitos da aplicação dos resultados determinados em 2012 e 2013, aplicados em resultados transitados nada mais havendo a acrescentar àquele ponto. Face aos indicadores apresentados e analisados era importante referir que a recuperação das contas do município, devia-se também a um rigoroso controlo orçamental quer ao nível da sua despesa, quer ao nível da geração de receita. Outro aspeto importante era que em 2013, o município via diminuída a sua dívida total, conseguindo reduzir dívida em ano de eleições autárquicas, aspeto que denotava a boa índole do atual executivo e a sua constante preocupação em gerir os destinos da autarquia. As demonstrações financeiras referiam, comparavam a execução orçamental. Para o orçamento 2013, o executivo traçara varios objetivos, dos quais destacavam e verificavam que foram conseguidos, a diminuição da faturação vencida em 10%, em que conseguiram atingir 80,95%, ou seja em 2012 eram 13, 1 milhões de euros, conseguindo atingir 2,5 milhões de euros; liquidação de 10% das faturas em atraso, conseguindo 89, 57%, ou seja em 2012 era de 11, 1 milhões de euros conseguindo terminar em 2013, com 11, 2 milhões de euros; diminuição da dívida total, conseguindo uma diminuição de 13, 31%, ou seja de 46, 7 milhões para 40,6 milhões; diminuição do prazo médio de pagamento em que passaram para 193 dias. Concluindo, o grupo parlamentar do PSD conferia que estavam perante documentos de prestação de contas com demonstrações financeiras relatadas de forma rigorosa, fiável e transparente. Continha documentos de reporte financeiro e patrimonial elaborados com base em políticas contabilísticas que refletiam em valor as decisões de gestão tomadas e implementadas. Pela leitura à certificação legal de contas emitida por auditor externo, confirmavam que as contas se restringiam a 31/12/2013. Todos os valores apresentados estavam devidamente elaborados e justificados em anexos próprios. Mais uma vez constatavam rigor, fiabilidade e transparência. Não verificaram no mesmo documento qualquer reserva a eventuais erros ou omissões. Referia também o auditor externo que: "as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do Município de Espinho, à data de 31/12/2013. O resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e a receita cobrada no exercício findo. Naquela data em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor das autarquias locais em Portugal." Por tudo o que fora exposto eram de opinião que a prestação de contas de 2013 devia ser votada favoravelmente. Para além da apreciação e votação favorável das contas do exercício de 2013, o grupo parlamentar do PSD apreciava e votava favoravelmente o desempenho do atual executivo.

Jorge Pina (PS) disse que não percebera a metodologia, porque naquelas questões as primeiras intervenções eram para colocação de perguntas ao executivo.

Presidente da Assembleia esclareceu que dera a palavra ao vogal Paulo Castro na perspectiva que tivesse alguma dúvida, tendo ele optado por fazer a sua intervenção de fundo.

Joana Devezas (PS) relativamente ao quadro 7 mapa de endividamento e em relação à rubrica onde estavam inscritos outros credores, uma vez que era uma rubrica bastante genérica e de valores elevados, pediu ao Vice-Presidente da Câmara uma explicação sobre quem eram aqueles outros credores e também sobre a redução drástica verificada entre 2012 e 2013, que era cerca de 3 milhões de euros e ainda que verbas foram atribuídas aquela rubrica para liquidação dos valores que estavam em causa.

Jorge Carvalho (CDU) referiu que quem apoiava o executivo dizia sempre que eram as contas mais transparentes e mais rigorosas, quando eram oposição já não havia transparência nem rigor nenhum. Se havia coisa que aquelas contas não tinham era transparência. Se verificarem a conta feita de 2012 para 2013, havia dinheiros que desapareciam. Que a Câmara dizia ter reduzida a sua dívida em tantos milhões, mas não havia nenhum quadro explicativo do que fora pago, pelo que parecia-lhe que reduziram a dívida ao ministério da educação, quanto ao terreno do ciclo preparatório, portanto reduziram a dívida sem a pagar. Que a Câmara fizera um acordo uma vez que não tinha dinheiro, comprometendo-se a pagar os próximos milhões que o Ministério da Educação tivesse de pagar. Portanto não era reduzir dívida era adiar dívida. Que ficava a dúvida se o material para apetrechar os centros escolares seria pago pela Câmara para abater aquela dívida. Que era uma manipulação das contas. Que também não havia provas de terem baixado o prazo de pagamentos e perguntou porque não era fornecida a lista de todos os credores da Câmara. Disse que os vereadores do PS, na deliberação tomada em reunião de Câmara para aprovação da prestação de contas, faziam diversas acusações e queixas de desvios, às quais os eleitos do PSD na Câmara não negaram, limitando-se a dizer que os documentos de prestação de contas representavam fielmente a situação financeira. Pediu ao Vice-Presidente que desse resposta àquelas acusações que os eleitos do PS fizeram na Câmara. Da leitura do documento do ROC, entendia que o lá estava dito era que a responsabilidade em apresentar bem as contas era da Câmara e que o ROC acreditava que aquelas estavam bem apresentadas. Que o ROC apresentara uma reserva quanto aos valores do património, não havendo garantias que os valores fossem os corretos.

Aurora Moraes (PS) solicitou um esclarecimento sobre a situação patrimonial, uma vez que no ponto 7 do relatório do ROC, constava que não fora possível confrontar para a totalidade do imobilizado, os registos contabilísticos com a inscrição matricial e o registo da conservatória do registo predial. Perguntou onde estava a dificuldade em fazer a inscrição matricial dos terrenos e que lhe explicassem a razão dos custos com o pessoal ter aumentado. Pediu explicações quanto aos aumentos de valores referentes às imobilizações em curso, em bens de domínio público e de imobilizações corpóreas.



Manuela Vilares (BE) perguntou a razão pela qual, na tabela do Quadro de Pessoal, na divisão de Serviços Básicos e Ambiente, desde janeiro para dezembro de 2013, desapareceram 7 funcionários.

Vice-Presidente CME sobre as questões colocadas pelos vogais do PS e da CDU quanto aos outros credores e aos montantes em dívida respondeu que estavam discriminados no balancete onde encontrariam o saldo final das respetivas contas e ainda o saldo inicial. Quanto à listagem dos fornecedores, à dívida e ao acordo com o Ministério da Educação constavam das atas da Câmara, as quais eram públicas. Sobre o ROC disse que as premissas e considerandos em que se situa um processo de revisão legal de contas constavam de todos os relatórios que conhecia. Que o parecer final era positivo. Sobre a declaração de voto dos vereadores do PS disse que executivo não era obrigado a responder às questões nela colocadas, até porque desconheciam a declaração de voto que seria apresentada. Que os vereadores do PS faziam varias considerações sobre o ano 2014, que não estava em apreciação, o que dava logo um sinal de que não tinham matéria justificativa suficiente em 2013 para votar contra e tiveram necessidade de se fundamentar em dados de janeiro e fevereiro de 2014, entendendo que havia ali um problema grave de dívida a aumentar, fazendo-o constar da sua declaração de voto. Que a flutuação das dívidas de curto prazo tinha a ver com as flutuações das obras em curso que a Câmara tinha e que dependiam de várias entidades, empreiteiros, ON2, POVT, etc. Sobre a referência ao aumento da despesa corrente, esclareceu que ali havia uma mistura de conceitos. Que os vereadores do PS misturaram resultados operacionais, que eram contabilidade patrimonial, numa perspectiva de custo e proveito e fazem a continuidade da leitura para despesas correntes que eram contabilidade orçamental, que tinha a ver com a despesa paga e não com a despesa concretizada. No processo de contabilidade orçamental aquela despesa corrente tinha um aumento porque, por âmbito do PAEL, a Câmara recebera uma verba relativa ao financiamento e pagara aos fornecedores desde 2008, 2009 em diante. Que 2013 tinha aquela execução em sede orçamental, mas não era um gasto do município. Se fosse não estariam a apresentar redução de dívida mas um aumento de dívida. Havia execução de despesas correntes, mas não eram despesas correntes que a Câmara gastasse naquele ano, mas pagara este ano por força de ter recebido o PAEL. Sobre a questão dos proveitos operacionais, disse que a Câmara nunca tivera resultados positivos operacionais, até porque aqueles resultados eram afetados pelas amortizações ou seja pela depreciação dos ativos imobilizados do município e se o município tem vindo a registar ativos imobilizados, naturalmente aumentava o valor das amortizações e que isso afetava a leitura dos resultados operacionais. Que a contabilidade organizada nos municípios ainda era relativamente recente. Que o município registara tudo o que conseguira encontrar e que iria continuar a fazer registo de imóveis que muitas vezes nem estavam identificados. Daí a razão da reserva dos revisores. Que era a Câmara que comunicara aos revisores que o processo de registo de inventário, nomeadamente de imóveis continuava em procedimento e até que tinha um conjunto de

imóveis identificados que estavam em processo de registo. Quanto aos resultados extraordinários disse que estavam registados 4, 2 milhões de euros e ainda constava um milhão e meio, discriminado no documento em análise. Que aqueles resultados tinham a ver com a operação do município. Sobre a redução do endividamento geral, nada constava daquela declaração de voto, apesar das várias considerações e que fazendo uma simples conta verificava-se que a dívida do município em 31/12/2012 era superior do que em 31 /12/2013 e isso dizia muito quanto a credibilidade da declaração porque tinha de salientar os aspetos positivos e negativos, portanto tinha um objetivo político e não era de todo uma apreciação global e verdadeira sobre as contas. Sobre a questão do registo disse ainda que havia muitas matérias que não eram fáceis de concluir. Era um trabalho que estava a ser tratado com normalidade e continuidade. Que existiam matérias que tinham a ver com cedências de domínio publico e eram complexas de detetar, porque há alguns anos atrás eram questões tratadas com algum grau de informalidade, não existindo um processo e um fluxo de trabalho que permitisse aquele registo e também não existia o registo em sede da aplicação informática denominada SIIG – Sistema Integrado de Informação Geográfica. Era um trabalho inacabado que ainda tinha algum volume mas seria resolvido a curto prazo. Sobre o aumento com os custos do pessoal esclareceu que estava relacionado com a questão dos subsídios que em 2013 foram todos pagos e em 2012 não. Relativamente às imobilizações em curso, disse que tinha a ver com as obras, ou seja, eram aquelas que não estavam terminadas e como em 2013 a execução física aumentara substancialmente o valor da imobilização em curso também aumentara e, quando concluída, passaria para imobilizações corpóreas. Sobre a redução de pessoal disse que a Câmara Municipal não despedira ninguém, portanto, referia-se a aposentações.

Paulo Castro (PSD) disse que sobre o trabalho que o grupo parlamentar do PSD fizera, não estavam ali para dizer seja o que for que não fosse da sua convicção. Quando dissera que o prazo médio de pagamento reduzira, fora verificar. Tudo aquilo era com base em indicadores económicos, em situações financeiras, em determinado momento. Que na sua intervenção anterior frisara várias vezes que as contas eram relativas a um determinado momento, ou seja 31 de dezembro, comparativamente a 31 de dezembro do ano anterior. Analisaram as variações positivas e negativas e encontram muitos indicadores positivos. Que era um facto que as contas estavam extremamente positivas. Que o relato da variação e relação dos credores, constava a partir da página 281 do documento. Que no cômputo geral, o peso da dívida total diminuiu e o prazo médio geral de pagamento também, ou seja muitos indicadores foram favoráveis. O que estava em análise eram finais de 2013 e não quer com isso dizer que em janeiro de 2014 a realidade não pudesse ser outra. Sobre a questão do Revisor Oficial de Contas disse que era um trabalho contínuo, feito ao longo do ano. Que na lei estava previsto que o ROC tem responsabilidade solidária e subsidiária relativamente à gestão, por isso não acreditava que o ROC escrevesse de cruz. Que se aquilo que escreveram tinha sentido de responsabilidade, acreditava que o trabalho fora bem feito, analisado e pautado com rigor.



Ana Rezende (CDU) disse que tinha de confessar a sua ignorância em matéria contabilística e financeira. Pediu que lhe explicassem como era possível diminuir a dívida de curto prazo transferindo-a para médio e longo prazo sem que isso significasse um aumento de custos, portanto um aumento da própria dívida, porque com certeza se pagavam juros da mesma.

Vice-Presidente CME respondeu que ninguém era obrigado a perceber de tudo e quando as perguntas eram colocadas de uma forma séria e honesta também mereciam uma resposta séria e honesta, pelo que esclareceu, sem pretenciosismo nenhum, a questão com um exemplo prático.

Aurora Morais (PS) disse que não era técnica de contas, mas trabalhava com Revisores Oficiais de Contas. Que nunca viram um revisor oficial de contas a verificar os documentos lançados numa contabilidade, limitavam-se na generalidade, a ver as contas e a verificar se os lançamentos efetuados foram feitos no cumprimento da lei. O Revisor Oficial de Contas prestou o parecer que seria de esperar e não o criticara. Que aquele parecer não trazia nada de novo, era assim nas Câmaras Municipais, nas empresas e em todo o lado, portanto não lhe podiam dar demasiado valor nem no sentido positivo nem negativo. Com o exemplo dado pelo Vice-Presidente, o que verificava era que a dívida de médio longo prazo aumentara e sabiam que fora por recorrerem ao PAEL, para além de outras questões. Que o PAEL sumariamente era um empréstimo bancário, portanto alguém tinha de pagar juros. Por conseguinte, também aumentara a dívida de curto prazo, ou seja a dívida de médio longo prazo contraída servira em grande parte para pagar a de curto prazo. Em termo práticos, não podiam dizer que as dívidas diminuíram. Diminuíram as dívidas de curto prazo e aumentaram as Outras Dívidas a Terceiros, como referia o quadro 9.

Paulo Castro (PSD) disse que para analisar o ano de 2013 teve de fazer um trabalho de casa desde 2008. Que em 2011, o município gerara em cashflow positivo porque os resultados líquidos não tinham nada a ver com dívida, mas com geração de resultados entre os gastos e os proveitos, a dívida estava no balanço e isso nada tinha a ver com os resultados. Que era lógico que com a contração da dívida do PAEL, aumentara o médio longo prazo, mas não aumentara o valor da dívida porque o valor da contração do empréstimo amortizara dívida de curto prazo em 11 milhões, o que quer dizer que o PAEL pagou 8 milhões mas com a geração de cash-flows a autarquia conseguira pagar mais dívida do que aquela que contraíra de médio longo prazo. Que o resultado efetivo era positivo comparando posições em 31 de dezembro de cada exercício.

Vice-Presidente CME disse que a Vogal Aurora Morais parara a sua leitura antes do quadro decisivo, onde estava o valor da dívida global. Ali conseguia-se perceber que a 31/12/2012 a dívida global do município eram 46, 9 milhões de euros e que a dívida a 31/12/2013 era de 40, 6 milhões de euros. Que aquele quadro era o resumo dos outros todos que referenciara.

José Carvalhinho (PS) disse que chamaria àquelas contas de “fotoshop”. Explicou que no ano passado, ano de adesão ao PAEL, fora feito um plano de ajustamento financeiro e apresentado pelo executivo à DGAL. Que os desvios que a execução de 2013, face ao plano de ajustamento financeiro eram de tal maneira imensos que não sabia se não teriam de fazer um novo programa de ajustamento financeiro para adequar a realidade à proposta apresentada pelo executivo. Que o aumento da receita prevista fora conseguido exclusivamente a custo dos espinhenses que pagavam mais impostos, mais taxas e mais tarifas. Simultaneamente do lado da despesa, não foram implementadas nenhuma medidas. Os fundos próprios municipais continuavam a cair por força dos sucessivos resultados negativos. Desde 2009 em diante caíram 30%. A situação patrimonial do município não sofria alterações desde 2008, não havendo reavaliações. Sobre a gestão corrente disse que as receitas arrecadadas não cobriam as despesas, portanto a poupança corrente fora negativa. Que os resultados apresentados eram piores do que os apresentados nas contas de 2011. Houve aumento dos custos operacionais relativamente à 2012 que demonstrava que o executivo não estava a tomar as medidas adequadas para baixar os custos com a parte funcional. Que, no último trimestre de 2013 e início de 2014, verificaram que continuava a aumentar, o que denunciava uma clara tendência de crescimento. Que os proveitos operacionais desceram, e que apesar de todas as taxas e impostos que o município cobrava os Espinhenses estavam num ponto de saturação fiscal, o que se refletia na diminuição da cobrança de taxas e impostos de 2012 para 2013, portanto havia uma quebra de receita. Que os Espinhenses estavam a pagar o ajustamento financeiro do executivo de Espinho, através de impostos como o IMI que fora a única rubrica que corria bem. Pelo exposto não tinha dúvidas que a consolidação orçamental não estava a ser feita. Que o empréstimo do PAEL servira para diminuir a dívida a fornecedores, mas, no entanto, aquele endividamento vinha crescendo. Que não haviam medidas estruturais para travar aquela situação e que ali tinham um problema de futuro. Voltando a lei dos compromissos e pagamentos em atraso, disse que, em 2013, o município estivera sucessivamente na lista de incumprimento. Só no início deste ano, com o expediente de antecipação de receitas do ano todo, cobriram, contabilisticamente, quase 12 milhões de euros de compromissos assumidos e não pagos em 2013, que transitaram para 2014. Se, a esse valor, adicionarem o valor de compromissos assumidos já para exercícios futuros, totalizava 43, 6 milhões de euros. Aliás, no exercício de 2013, se somarem a despesa paga, atingia-se o valor de 83 milhões de euros. Que aquela estratégia poderia comprometer seriamente o saneamento financeiro do município. Que o endividamento devido ao PAEL ainda iria contribuir para aumentar o endividamento líquido de médio e longo prazo. Por outro lado, disse que os resultados extraordinários do valor de 4, 3 milhões deviam-se, em grande parte, à negociação da dívida ao Ministério da Educação, ficando o município obrigado a fazer obras de manutenção nas duas EB 2/3 Domingos Capela e Sá Couto. Que aquele valor fora abatido ao endividamento de médio longo prazo, mas não existia nas contas nenhuma contrapartida desse compromisso assumido. Que tinha alguma dificuldade em perceber como uma despesa assumida e comprometida a medio longo prazo se



transformava num resultado extraordinário no presente exercício e contribuía para a diminuição da dívida. Que o executivo estava sempre a dizer que tiveram de aguentar com todos os problemas que os socialistas deixaram, no entanto lembrou que, de acordo com o que constava no acordão a primeira decisão judicial do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro era de 2010 e que o atual executivo em 2010, criara uma provisão, no montante de 3,1 milhões de euros, e na sua opinião fizera bem, prevendo a possibilidade do município perder. Portanto o impacto das contas da Câmara daquela dívida estava lançado em 2010, através daquela provisão. Em 2012 quando da sentença transitada em julgado do Supremo Tribunal Administrativo, o executivo pegara naquela provisão e lançara-a como resultado extraordinária por contrapartida de um custo extraordinário, traduzido no lançamento daquelas verbas na dívida de médio longo prazo. Entendia que uma provisão não devia ser mexida se não houvesse pagamento efetivo da dívida. Em 2013, face ao acordo celebrado entre a Câmara e o Ministério da Educação abateram novamente aquela dívida, não havendo nenhum pagamento. Que considerava estarem perante uma manobra contabilística e que, na prática, grande parte da redução da dívida verificada em 2013 era fictícia. Disse que as contas continuavam a apresentar falta de consolidação, de robustez e de consistência.

Vice-Presidente CME respondeu que o município estava a reduzir a dívida a um ritmo de cerca de 2 milhões ao ano e que o facto de naquele ano a redução da dívida ter sido de cerca de 6 milhões de euros tinha apenas a ver com circunstâncias quer da redução de parte do valor referente ao Ministério da Educação, quer com a variação das faturas, nomeadamente das obras. Que aquele processo com o Ministério da Educação dificultava aquela análise. Sobre a provisão registada em 2010 disse que a Câmara municipal registara uma provisão do valor da dívida sem juros e que em 2012 quando registara a dívida fizera-o com a inclusão dos juros. Que anulara uma provisão criada de 3,1 milhões de euros e registou uma dívida de 4,2 milhões de euros. Em 2013, daquele valor ainda permanecia 1, 5 milhões de euros, portanto só foram anulados 2, 7 milhões de euros. Que a atual Câmara Municipal desconhecia em absoluto que o processo judicial do Ministério da Educação fosse daquela ordem de grandeza porque o assunto nunca fora referido no mandato da anterior Câmara. Disse que a decisão de 2010, não era a primeira decisão, que houvera decisões em instâncias anteriores, portanto que se deveriam ter acautelado provisões em anos anteriores. Que aquela dívida dera e dava muitas dores de cabeça ao atual executivo, porque para além de ter de a resolver, tiveram de lidar com um processo derivado da IGF por excesso de endividamento, e ainda porque o município assumira a responsabilidade de fazer investimento igual nas escolas no futuro, o que aliás, era um protocolo que considerava confortável na medida em que a Câmara Municipal, todos os anos, já fazia investimentos nas escolas, e agora aqueles investimentos poderiam imputar naquele protocolo, ao contrario do Protocolo que o PS assinara para a Pousada da Juventude, obrigando o município a pagar cerca de 600 mil euros, nunca tendo sido registado em dívida. Disse ainda que em 1995 quando o PS fizera o protocolo com o Ministério da Educação em que se obrigava

a pagar os terrenos para a escola Domingos Capela, não fora registado aquele compromisso nas contas do município. Sobre as questões das divergências do PAEL disse que o plano de ajustamento financeiro sofrera 3 alterações, sendo que duas delas tiveram de serem validadas pela Assembleia Municipal. No decurso daquele processo e após a primeira alteração, a Câmara informara os vogais de que estava a fazê-lo por imposição do Tribunal de Contas e não por imposição da DGAL. Que a Câmara não concordava com aquela imposição mas era importante aproveitar o financiamento que emanava daquela decisão. Naturalmente que a parte do financiamento que não viera, fizera com que o PAF ficasse ferido de comportamento igual e aquela procura de ajustamento direto, objetivo era impossível de fazer. Que estavam preocupados em atingir os objetivos finais daquele programa e com a demonstração inequívoca perante as entidades que ajudaram o município, que estavam no bom caminho. Sobre o saneamento financeiro, disse que as taxas máximas eram uma imposição, o que não desonerava o PS, pela sua quota-parte de contributo para o endividamento com também, no executivo PS, não houvera um único ano em que as taxas não fossem as de valor máximo. Que o município de Espinho estava no bom caminho, fez uma enorme recuperação e não por manobras contabilísticas. Que a IGF tinha acesso a toda a documentação e às aplicações informáticas, sendo que foram inspecionados duas vezes. Que a Câmara reportava com regularidade para a DGAL. Que aquela prestação de contas indicava uma redução substancial da dívida, positiva para a Câmara, para o município e para os munícipes, o que permitiria a libertação das taxas máximas do PAEL, esperando que ainda acontecesse naquele mandato. Que tinha muito a ver com o processo de reorganização dos serviços municipais, de modernização, de reestruturação e com aquilo que eram os custos das funções correntes que hoje o município tinha, que eram inferiores às do passado.

Manuela Vilares (BE) disse que partilhava da opinião de que a dívida estava a ser empurrada para a frente com a barriga. Disse que o valor gasto em sensibilização ambiental fora zero. Que em relação ao valor gasto em software informático pareceu-lhe bastante elevado, pelo que sugeriu que a autarquia passasse a usar, sempre que possível, software livre.

Jorge Carvalho (CDU) referiu que a CDU iria votar contra a prestação de contas porque entendiam que as receitas da Câmara eram exageradas e feitas à custa do sacrifício das pessoas. Não se compreendia que a Câmara cobrasse aquelas taxas da água. Que era verdade que a Câmara baixara o preço do metro cúbico de água, mas também verdade que subira as despesas fixas, aprovadas com os votos favoráveis dos Presidentes das juntas. Com aqueles valores o cidadão de Espinho estava a ser sacrificado injustamente. Que havia despesas exageradas, haviam os ajustes diretos que eram atirados de qualquer maneira ficando sempre a suspeita de que o ajuste direto não era o preço justo. Que era possível terem gerido aquele último ano com uma despesa bastante inferior. Disse que tinham o rol dos credores mas não havia indicações de quando a dívida se iniciara. Que garantia que havia credores que forneceram em outubro e ainda não constavam daquela lista, portanto a despesa fora feita em



2013 e as faturas passaram para janeiro 2014. Que em 31 de dezembro ainda se estava a dever aos fornecedores cerca de 26 milhões de euros que não coincidia com o número que o Presidente da Câmara apresentara. Que no fim da conta de 2012 os fornecedores tinham crédito para 2013, no entanto aquele crédito desaparecera. Que havia falta de rigor nas contas.

Rui Torres (JF Espinho) sobre a aprovação das taxas máximas com os votos dos Presidentes das Juntas explicou que da sua parte o voto favorável se deveria ao facto da Câmara, em 2012, ter feito o resgate financeiro com o PAEL que exigia diversas contrapartidas. Que aquele financiamento fora uma necessidade extrema, um bolsa de oxigénio para satisfação de alguns compromissos de curto prazo, mas obrigara à Câmara a uma série de condições exigidas pelo Estado, sendo uma delas a aplicação de taxas máximas aos munícipes.

Vice-Presidente CME sobre a afirmação do vogal Jorge Carvalho quanto ao desaparecimento de valores de um ano para o outro, disse que isso não era possível acontecer. Que certamente a explicação do erro de análise do Sr. Vogal estava no facto de ter visto a informação dos dias 28 ou 29 de dezembro, tendo a Câmara recebido um valor muito elevado e efetuado pagamentos mesmo no final do ano.

Votação: Aprovado por maioria com 13 votos a favor, 11 votos contra e 1 abstenção.

Presidente da Assembleia disse que, segundo a sua experiência, todos os revisores de contas sustentavam o seu relatório com base nos documentos apresentados pela respetiva entidade, dando-os como bons, ou seja só não era válido se o revisor de contas viesse a demonstrar que as faturas ou os documentos contabilísticos apresentados foram falsificados. Que o relatório feito pelo revisor de contas era perfeitamente normal e igual a todos os outros. Que existia um documento que se chamava Certificação de Contas e que significava que as visitas e as auditorias constantes que o revisor fizera ao longo do ano levavam-no a certificar. Que a CME, como a maioria das autarquias do país, vivia com um enorme problema de tesouraria e assim sendo, a primeira medida de gestão era transformar a dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo.

Declarações de voto:

Manuel Santos (JF Anta e Guetim): "A Junta da União de Freguesias Anta/Guetim absteve-se no relatório e contas para o ano económico de 2013 por considerar que a consolidação orçamental e o Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) estiveram longe da performance normal e desejada. Vejo com muita apreensão a inexistência de medidas que permitam ao município de Espinho reduzir a despesa corrente e mesmo com aumentos exagerados das taxas, tarifas e preços a receita estar a um nível inferior de 2009. Apesar de achar que a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) não é justa para as Autarquias Locais, aliás discriminatória, o município de Espinho esteve largos meses de 2013 em incumprimento após a ajuda financeira do Estado, o que não considero aceitável. A dívida a fornecedores é a

expectável, depois do município receber ajuda do Estado na ordem dos 8,2 milhões de euros. Ou seja, a Câmara Municipal de Espinho não conseguiu reduzir ao nível do que era esperado no PAF, muito longe disso. No que diz respeito às Juntas de Freguesias de Anta e Guetim, o relatório e contas de 2013 demonstrou que os compromissos não foram integralmente cumpridos. Esta Junta de Freguesia considera que a Câmara Municipal de Espinho deve ter uma 2ª hipótese de retificar as muitas debilidades e fragilidades que este relatório e contas de 2013 demonstra.”

José Carvalhinho (PS): “Os Vogais do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Espinho votaram contra o relatório de contas para o ano económico de 2013 por considerarem que o nível de exigência, por via do resgate financeiro a que fomos sujeitos pelo Estado português, não se repercute neste documento e por entenderem que alguns artifícios contabilísticos deturpam a realidade financeira e patrimonial da Câmara Municipal de Espinho (CME). Desde logo, no resgate financeiro a que nos submetemos, verificamos um acentuado desvio ao Plano de Ajustamento Financeiro (PAF) que o município apresentou à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) em 2012. Este desvio é de tal forma grande que o PAF terá que merecer necessariamente uma reformulação, uma vez que a Câmara Municipal de Espinho (CME) está muito longe de apresentar os resultados a que se comprometeu. Por exemplo, o prazo médio de pagamento devia ser 143 dias mas ficou-se pelos 193 dias (de acordo com DGAL este prazo era de 204 dias) ou a dívida a fornecedores que deveria ter atingido 6,4 milhões mas atingiu 7,3 M€. O endividamento total previsto no PAF era de 39,5 M€ e ficou-se pelos 40,6M€. Verificamos também que o aumento da receita previsto é todo ele conseguido à custa dos Espinhenses que pagam mais impostos, mais taxas e mais tarifas. Simultaneamente, no lado da redução da despesa não foram implementadas quaisquer medidas. Noutro plano, os fundos próprios Municipais continuam em queda livre por força dos sucessivos resultados negativos, aliás estão a cair sucessivamente desde 2009 (cerca de 30%). O atual relatório de contas contribui com cerca de 1 Milhão de euros para esta rubrica. Note-se que a situação patrimonial do município não sofre alterações desde a última reavaliação em 2008. Na gestão corrente, a CME continua a sofrer dos mesmos males dos anteriores mandatos: despesa corrente pouco controlada, aumentou 3,6 Milhões de euros entre 2012 e 2013 (cerca de 20%) e é superior à de 2009. Como as receitas cobradas não cobrem estas despesas, tivemos uma poupança corrente negativa. Não estranha por isso que os resultados correntes tenham sido negativos em 5,4 Milhões de euros, ainda piores dos que nos foram apresentados no relatório de contas de 2011. O aumento dos custos operacionais, mais 1,3 Milhões de euros, relativamente ao ano de 2012 leva-nos a crer que o município não está a tomar as medidas adequadas para baixar os custos com as suas operações. Esta situação é confirmada pela observação que a dívida a fornecedores tem vindo a subir desde outubro de 2013, o que demonstra a ausência de medidas de controlo de despesa que permitam afirmar que a dívida a fornecedores vai descer a níveis suportáveis pelo município. Pelo contrário, neste momento, a dívida a fornecedores cresceu relativamente a



31 de dezembro de 2013, 2,3 Milhões de euros, 30%. Por outro lado, os proveitos operacionais desceram 2,37 Milhões de euros, derivado ao facto de a dinâmica da economia Espinhense se encontrar em curva descendente acentuada, apesar de todos os impostos e taxas cobradas pelo município estarem no patamar mais elevado. Em 2013, Espinho cobrou -2 Milhões de euros de impostos e taxas que no ano de 2012. Os cidadãos e as empresas já ultrapassaram o limite máximo suportável, conforme está demonstrado pela queda da receita cobrada. Fica assim claro que este executivo municipal continua a não conseguir fazer a consolidação orçamental assumida e afirmada no compromisso assumido pelo município perante o Estado português, mas que o município não conseguiu cumprir logo no seu primeiro ano de vigência. O empréstimo do Estado apenas serviu para diminuir a dívida a fornecedores. No entanto, temos vindo a assistir ao seu crescimento durante o ano de 2014 em 30%, uma vez que não foram tomadas medidas que permitam ao executivo ter um controlo efetivo da despesa corrente de uma forma eficaz e sustentável. Se a CME não conseguir inverter imediatamente este desvio e não tomar as medidas corretivas necessárias, a dívida a fornecedores crescerá descontroladamente e o empréstimo do Estado apenas terá servido interesses político-partidários em detrimento da saúde financeira do município de Espinho e por inerência dos seus concidadãos. Nos últimos 5 meses do ano de 2013 o município esteve em contínuo incumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), ou seja, não tivemos receitas suficientes para cobrir as despesas assumidas. Foi necessário no final do ano económico de 2013, utilizar um expediente de adiantar receitas previsionais de todo o ano, (temos dúvidas fundadas sobre a legalidade desta decisão uma vez que a lei apenas permite que exista um adiantamento de receitas dos 3 meses seguintes), para cobrirmos contabilisticamente os 11,9 Milhões de Euros de compromissos assumidos e não pagos que transitaram de 2013 para 2014. Se a este valor de 11,9 milhões de compromissos assumidos e não pagos em 2013, adicionarmos 31,7 milhões de euros de compromissos assumidos para exercícios futuros, totalizando 43,6 milhões de euros, facilmente podemos concluir que este executivo pode estar a comprometer o futuro do Município de Espinho. Aliás, verificamos que esta é uma tendência assumida desde 2012 quando os compromissos de exercícios futuros aumentaram de 16 para 30 milhões de euros. Os compromissos totais assumidos pela CME em 2013 atingiram 83,3 milhões de euros! Esta estratégia de empurrar os problemas para a frente pode hipotecar o saneamento financeiro do município. O empréstimo do Estado que permitiu à CME pagar, em meados de 2013, os compromissos com os seus fornecedores (em atraso desde os anos de 2009, 2010 e 2011), para além de obrigar o município a impor os seus impostos e taxas ao seu nível mais elevado, ainda contará para o endividamento líquido a médio e longo prazo, o que leva este a passar de 27,01% para 99,93% e que deve preocupar o executivo a curto/médio prazo. O exercício em apreço apresenta ainda resultados extraordinários no valor de 4,32 Milhões de euros que se devem à negociação da dívida do terreno da EB 2,3 Domingos Capela, entre a CME e o Ministério da Educação e Ciência (MEC), ficando o município obrigado a fazer obras de manutenção na referida escola e na Escola EB 2/3 Sá Couto do mesmo valor.

Simultaneamente, este valor é abatido ao endividamento de médio /longo prazo da CME sem qualquer contrapartida nos compromissos assumidos em exercícios seguintes. Por isso, não percebemos como é que uma despesa assumida e comprometida a médio prazo se transforma num resultado extraordinário no presente exercício e contribui decisivamente para a diminuição da Dívida do Município. O tratamento desta dívida merece até um pequeno esclarecimento. Em 2010 o executivo provisionou 3,1 milhões para fazer face aos riscos e encargos derivados da futura decisão do tribunal. Note-se que a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro é de 2010 pelo que só nesse ano se justificaria constituir a provisão e portanto competiria ao atual executivo constituir a provisão, ao contrário do que o executivo PSD tem apregoado. Em 2012 e face à decisão do Supremo Tribunal Administrativo condenando a CME ao pagamento, o executivo decidiu contabilizar 4,1 milhões no endividamento de médio/longo prazo e levar a resultados extraordinários os 3,1 milhões de provisões já constituídas em 2010. Ou seja, os impactos negativos desta decisão já estavam acautelados desde 2010, só que o executivo esqueceu-se de dizer isto mesmo no exercício de 2012, fazendo disto mais uma bandeira contra a gestão socialista. Além disso, esta operação é na nossa opinião bastante duvidosa, pois abater uma provisão sem efetuar o pagamento dessa dívida não nos parece correto e adequado, mesmo havendo as respetivas contrapartidas contabilísticas. Em 2013, é feito o acordo com o Ministério da Educação e Ciência, e o executivo abate 4,1 milhões ao endividamento de médio e longo prazo e leva esse valor a resultados extraordinários, sem aparente contrapartida nos compromissos a pagar em exercícios seguintes. Assim se explica a diminuição do endividamento do município em 6,2 milhões de euros, cerca de 2 milhões de euros são relativos a abatimentos e amortizações de dívidas e os restantes 4,2 milhões derivam desta operação contabilística que permitiu transformar uma dívida em resultados extraordinários. Uma falácia! Em suma, os resultados correntes de - 5,4 Milhões de euros confirmam e refletem que estamos longe de ter umas contas saudáveis e apesar do empréstimo de 8,33 Milhões de euros por parte do Estado, as contas do município apresentam falta de consolidação, de robustez e de consistência.”

Jorge Pina (PS) fez um ponto de ordem dizendo que, face ao adiantado da hora, era opinião generalizada que se deviam acabar os trabalhos e marcar nova reunião.

Presidente da Assembleia esclareceu que faltavam ainda 20 minutos para acabarem a presente reunião, pelo que passou-se ao seguinte ponto da ordem de trabalhos:

Ponto 3: Informação Escrita do Presidente a Câmara acerca da atividade municipal:

Jorge Carvalho (CDU) disse que a revista estava bonita, mas a informação dada era incompleta e pouco explícita, como por exemplo a falta de informação sobre o acordo feito com o Ministério da Educação sobre a dívida de 4 milhões. Que as atas da Câmara eram pouco explícitas como por exemplo, as deliberações sobre celebração de protocolos nada diziam quanto ao seu conteúdo, ou, a deliberação quanto à doação de livros à Biblioteca não referia quem eram os doadores. Sobre os processos judiciais disse que a informação dada era



insuficiente. Voltou a referir que a informação dada sobre a dívida a fornecedores não correspondia à constante nas contas apreciadas e votadas há momentos. Pediu que a próxima informação fosse mais pormenorizada, caso contrário, faria um requerimento ao Presidente da Assembleia para fornecimento ponto a ponto.

Presidente CME disse que as observações do vogal Jorge Carvalho eram sempre as mesmas e que já tivera diversas oportunidades de responder àquelas questões. Sobre os processos judiciais voltou a lembrar que fora sempre tradição trazer os processos judiciais daquela forma e que podia garantir que, com exceção de um único processo, não havia outros processos judiciais que acarretassem para o município dívidas da ordem de grandeza dos milhões de euros como aquela que há pouco falaram do Ministério da Educação. Que havia um único processo pendente contra o município que poderia revestir alguma perigosidade, que tinha a ver com a LINK, um agrupamento complementar de empresas, que demandou o município relativamente ao processo de construção do Fórum de Arte e Cultura de Espinho e do qual a Câmara, em devido tempo, daria respetiva informação. Sobre as atas da Câmara, disse que refletiam o que se passava e que os processos estavam disponíveis para consulta. Sobre a questão das dívidas, referiu que constava da informação escrita do presidente que, aquela tivera uma variação homóloga de cerca de 4 milhões de euros face ao ano passado e que isso é que lhe parecia importante e relevante.

Não havendo mais assuntos a tratar, nos termos regimentais, o Presidente da Assembleia abriu o período para **intervenção do público** presente.

Interveio o **Sr. António Regedor** para dizer que, naquele momento havia alguns fundos disponibilizados. E alguns concelhos limítrofes de Espinho, havia preocupação com mobilidades suaves, no entanto, as ciclovias em Espinho eram ocupados por estacionamento abusivo o que não era positivo para um concelho que precisava de afirmar a sua imagem. Disse ainda que, por imposição da comunidade europeia, tinham sido colocadas verbas à disposição de Portugal para transporte ferroviário e que Espinho precisava de mobilidade, pelo que solicitou que fosse repensada a questão da linha do Vouga.

Presidente CME esclareceu que a linha do vouga era uma linha essencial e vital para a mobilidade intermunicipal nos municípios entre Douro e Vouga. O Concelho Metropolitano do Porto estava particularmente atento àquela questão e que fora feito um estudo, a pedido dos municípios de Vale de Cambra, Arouca, São João da Madeira, Oliveira de Azemeis e Santa Maria da Feira sobre a modernização daquela linha. Que o município de Espinho associara-se àquela associação de municípios e colaborara naquele estudo. Era um projeto importante que acreditava pudesse ser alavancado no próximo quadro comunitário de apoio, no Portugal 2020, sendo certo que perspetivando-se, concessão futura dos comboios suburbanos do Porto, o estudo concluía que era absolutamente vital que a linha do Vouga viesse a ter também intersecção com a própria linha do norte, ou seja, que a linha de vouga não terminasse em

Espinho, mas que entroncasse com a linha do norte, permitindo que os comboios prosseguissem até ao Porto.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião, tendo sido marcada nova reunião para continuação dos trabalhos para o dia 12 de maio de 2014, pelas 21h00.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 4 do artigo 60.º do Regimento desta Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 60º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Funcionária Municipal,
